



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:  
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**FRANCISCA SOLANGE FRANCO RIBEIRO**

**A EVASÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS – EJA NA ESCOLA MUNICIPAL DE  
ENSINO FUNDAMENTAL DR. SEVERINO PATRÍCIO**

JOÃO PESSOA - PB  
2014

**FRANCISCA SOLANGE FRANCO RIBEIRO**

**A EVASÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
- EJA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO  
FUNDAMENTAL DR. SEVERINO PATRÍCIO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Mônica de Lourdes Neves Santana

JOÃO PESSOA - PB  
2014

**B238e** **Barbosa, Francisca Solange Franco Ribeiro**  
**Evasão na Educação de jovens e adultos – EJA na Escola**  
**Municipal de Ensino Fundamental Dr. Severino Patrício**  
**(manuscrito) / Francisca Solange Franco Ribeiro Barbosa. – 2014,**  
**54p.**

**Digitado.**

**Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:**  
**Práticas Ped. Interdisciplinares) – Universidade Estadual da**  
**Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à**  
**Distância, 2014.**

**“Orientação Mônica de Lourdes Neves Santana**  
**Departamento de CE”**

**1.Evasão 2. Educação de Jovens e Adultos. 3. Ensino**  
**Fundamental. I. Título.**

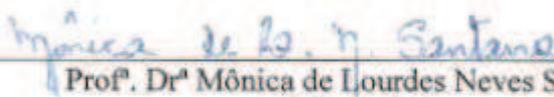
**21 ed. CDD 371.291 3**

FRANCISCA SOLANGE FRANCO RIBEIRO

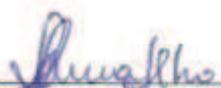
**A EVASÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -  
EJA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO  
FUNDAMENTAL DR. SEVERINO PATRÍCIO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

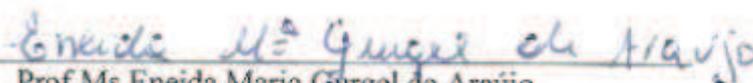
Aprovada em: 17 de Maio de 2014.



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica de Lourdes Neves Santana  
Orientadora



Prof. Ms Jailton Luis Chaves de Lima Filho  
Membro



Prof. Ms Eneida Maria Gurgel de Araújo  
Membro

*Dedico este trabalho a Todas as pessoas que direta e/ou indiretamente contribuíram para a realização do mesmo.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, por toda força e fé que me deu durante toda essa jornada, não me deixando duvidar do propósito Dele em minha vida, e só Ele me dá a certeza que:

Tudo tem o seu tempo determinado,  
e há tempo para todo propósito debaixo do céu:  
Há tempo de nascer e tempo de morrer;  
Tempo de plantar e tempo de arrancar o que se plantou;  
Tempo de matar e tempo de curar;  
Tempo de derrubar e de edificar;  
Tempo de chorar e tempo de rir;  
Tempo de prantear e tempo de saltar;  
Tempo de espalhar pedras;  
Tempo de ajuntar pedras;  
Tempo de abraçar e tempo de afastar e de abraçar;  
Tempo de buscar e tempo de perder;  
Tempo de guardar e tempo de deixar fora;  
Tempo de rasgar e tempo de coser;  
Tempo de estar calado e tempo de falar;  
Tempo de amar e tempo de aborrecer;  
Tempo de guerra e tempo de paz.  
(Eclesiastes, 3:1)

Este é o meu momento de agradecer.

*“Ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.” (Paulo Freire).*

## **RESUMO**

Este trabalho aborda as causas da evasão escolar na modalidade Educação de Jovens e Adultos, a partir de registros quantitativos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura local e registros em documentos oficiais de uma escola da Rede Municipal num bairro na periferia da cidade de João Pessoa – PB. O objetivo é analisar elementos que causam a evasão escolar refletindo sobre o trabalho educativo, a prática pedagógica e os poucos incentivos à permanência do educando na escola e ainda discorre sobre a rotina escolar e a formação dos docentes. O texto faz uma retrospectiva histórica da Educação de Jovens e Adultos e breve exposição das aquisições nas Conferências Internacionais sobre Educação de Adultos - As CONFINTEAS, descreve os perfis dos atores envolvidos na rotina escolar, suas angústias, dificuldades e os incentivos sob forma programas em parceria com o Ministério da Educação e Cultura, cursos e formação continuada oferecida pela Rede Municipal. Finalmente, apresenta as causas e consequências da evasão escolar fazendo uma breve análise a partir dos aspectos quantitativos e qualitativos da evasão desse segmento na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Severino Patrício.

**Palavras-chave: evasão. Educação. Jovens. Adultos.**

## **ABSTRACT**

This work deals with the causes of evasion among Adults and Youth Education, from the quantitative registers at Municipal Secretary of Education and local Culture and registers in the official documents from a municipal school in a suburbs in João Pessoa. The purpose is to analyze elements that cause educational evasion reflecting on educative work, the pedagogic practice and the little incentive to the stay of the student at school and still talks about the school routine and teachers formation. The texts brings a historical retrospective of Adults and Young education and a brief exposure of the acquisitions in the International Conferences about Adults Education - The CONFINTEAS, describes the profile of the actors involved in the school routine, their anxieties, difficulties and incentives under a program in partnership with the Ministry of Education and Culture, courses and continuous formation offered by Municipal network. Finally, it presents the causes and consequences of school evasion making a brief analysis from the quantitative and qualitative aspects at Doctor Severino Patrício Municipal school.

**Key words: Avoidance. Education.**

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Síntese – CONFINTEA's .....	19
Quadro 2	Formação Continuada – Docente .....	28
Quadro 3	Pesquisa direta – questão 1 - evasão na ótica dos evadidos em 2013 e anos anteriores .....	45
Quadro 4	Pesquisa direta – Questão 2 - Retorno, segundo os evadidos em 2013 e anos anteriores .....	46
Quadro 5	Dados dos últimos 5 anos – Fonte: Relatórios Finais da Escola .....	47
Quadro 6	Dados 2013- Fonte: Relatório Final 2013 da Coord. do Polo 3 .....	48

## SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOBRASIL.....	13
1.1	Breve Histórico.....	14
1.2	As CONFINTEAS.....	17
2	PERFIS DOS ATORES.....	20
2.1	O educador e suas angustias.....	21
2.1.1	O docente, sua prática pedagógica e a interação com os educandos	23
2.1.2	A formação docente.....	25
2.2	Os educandos e suas origens.....	28
3	A EVASÃO.....	31
3.1	Causas da evasão.....	32
3.2	O Incentivo ao sucesso escolar - Os Programas e as parcerias.....	33
3.2.1	O PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens.....	33
3.2.2	O Programa Brasil Alfabetizado.....	35
3.2.3	Premio Escola/CREI nota 10.....	35
3.3	O PNE e a concepção de Educação de Jovens e Adultos adotada nos Planos de Educação atuais.....	36
4	E M E F DR. SEVERINO PATRÍCIO .....	39
4.1	Breve Histórico.....	39
4.2	O Projeto Político Pedagógico – PPP, a Gestão Escolar, e as ações em prol do sucesso escolar.....	42
4.3	A evasão e a rotina escolar.....	44
4.4	O que os números apontam.....	45
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51

## INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos – EJA faz parte constitutiva da Lei de Diretrizes e Bases 9.394 de dezembro de 1996, enquanto modalidade da educação básica, nas suas etapas Ensino Fundamental e Médio, e destina-se àqueles que, por alguma razão, se afastaram dos estudos e a eles estão retornando.

As Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos (2006) ratificam a realidade escolar, quando apresentam como perfil dos educandos dessa modalidade de ensino, que são: os idosos com passagem curta e não sistemática pela escola; os jovens e os adultos, geralmente, que buscam a escola pelas necessidades de se inserir ou de se manter no mercado de trabalho; os adolescentes provenientes de um processo educacional deficitário, marcado por experiências de insucesso e que propiciaram a evasão, repetência ou exclusão do sistema escolar.

Além da dicotomia vinculada à faixa etária, um fato especial que chama a atenção, no perfil dessa clientela, é a presença de mulheres oriundas de um processo de uma tradição patriarcal ou patrimonial, que as afastou das escolas em algum momento de suas vidas, mas que se inserem, cada vez mais, como protagonistas na vida social, política e econômica da sociedade. Na Educação de Jovens e Adultos – EJA estão também, os educandos com necessidades educacionais especiais; os alunos de assentamentos que buscam um a escolarização formal, contudo sem perder de vista os conhecimentos e a sua cultura historicamente construída, superando a visão de que o meio rural é um local de atraso, de que as pessoas não precisam estudar ou basta uma educação precária e aligeirada.

Diante desse universo educacional tão diversificado e heterogêneo, é comum muitos professores, por estarem inseridos nesse cotidiano escolar, retratarem uma realidade de insegurança, medo, angústia e sentirem-se incapazes de dar conta de um processo ensino/aprendizagem de qualidade, transformador, pois como profissionais foram preparados para trabalhar com a homogeneidade, com uma escola única e igual para todos, com os mesmos currículos, métodos, normas e provas. Sendo assim, a Educação de Jovens e Adultos – EJA deve contemplar ações pedagógicas que venham dar subsídios teóricos práticos aos professores, buscando atender a essa clientela com características distintas e que merecem respeito nas suas diversidades sócio-histórico-culturais.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade de ensino regulamentada pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, adotada nas etapas dos Ensinos Fundamental e Médio da rede escolar pública brasileira e adotada por algumas redes particulares que recebe os jovens e adultos que não completaram os anos da educação básica em idade apropriada por qualquer motivo (entre os quais é frequente a menção da necessidade de trabalho e participação na renda familiar desde a infância). Os alunos entendem a importância dos estudos, mas uma vez matriculados em um programa da Educação de Jovens e Adultos – EJA, o que se verifica é uma significativa taxa de ausências que consiste no principal desafio aqui focado, evidentemente, será a evasão nessa modalidade de ensino. Todo esse contingente de Jovens e Adultos que hoje estão fora da sala de aula que hoje já sentem ou um dia sentirão as consequências da falta de escolarização, seja pela necessidade do dia-a-dia, seja por exigência do mercado de trabalho por um diploma.

Este trabalho, que tem como foco o tema Evasão na Educação de Jovens e Adultos – EJA, tenta contribuir, a medida que se propõe a expor as causas do elevado índice de evasão na modalidade EJA nos ciclos III e IV, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Severino Patrício, cidade de João Pessoa – PB. Assim nos propomos a refletir por que a evasão desse público nessa escola é tão elevada.

No referencial teórico traremos um quadro dos principais desafios da educação brasileira: Analfabetismo e evasão dando enfoque a EJA. Faremos um apanhado dos primórdios da EJA no Brasil, sua origem, seu desenvolvimento e seus desafios no contexto atual. O principal desafio que enfocaremos, evidentemente, será a evasão nessa modalidade de ensino. Todo esse contingente de Jovens e Adultos que hoje estão fora da sala de aula já sentem ou um dia sentirão as consequências da falta de escolarização, seja pela necessidade do dia-a-dia, seja por exigência do mercado de trabalho por um diploma.

O texto foi organizado em quatro partes distintas: A Educação de Jovens e Adultos no Brasil; Os Perfis dos atores; A evasão na Educação de Jovens e Adultos – EJA, A Escola em estudo, considerações finais e as referências.

## 1 – A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A partir da colonização portuguesa, podemos constatar em toda a história do Brasil, a emergência de políticas de educação de jovens e adultos, focadas e restritas principalmente aos processos de alfabetização. Se olharmos para a educação brasileira, desde o período colonial, poderemos perceber que ela tinha um cunho específico direcionado às crianças, mas “indígenas adultos foram também submetidos a uma intensa ação cultural e educacional”. A Companhia Missionária de Jesus tinha a função básica de catequizar (iniciação à fé) e alfabetizar na língua portuguesa os indígenas que viviam na colônia brasileira.

Com a saída dos jesuítas do Brasil em 1759, a educação de adultos entra em colapso e fica sob a responsabilidade do Império a organização e emprego da educação. A identidade da educação brasileira foi sendo marcada então, pelo elitismo que restringia a educação às classes mais abastadas. As aulas régias (latim, grego, filosofia e retórica), eram designadas especificamente aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e masculinos), excluindo-se assim as populações negras, femininas e indígenas. Dessa forma, a história da educação brasileira foi sendo demarcada por uma situação peculiar que era o conhecimento formal monopolizado pelas classes dominantes. Essa contextualização nos dá a situação em que se iniciou a educação brasileira.

É importante lembrar que a partir da constituição Imperial de 1824 procurou-se dar um significado mais amplo para a educação, garantindo a todos os cidadãos a instrução primária. No entanto, essa lei, infelizmente ficou só no papel. Havia uma grande discussão em todo o Império de como inserir as chamadas camadas inferiores (homens e mulheres pobres livres, negras e negros escravos, livres e libertos) nos processos de educação formação formal. E a partir do Ato Constitucional de 1834, ficou sob a responsabilidade das províncias a instrução primária e secundária de todas as pessoas, mas que foi designada especialmente para jovens e adultos. É importante ressaltar que a educação de jovens e adultos era carregada de um princípio missionário e caridoso. O letramento destas pessoas era um ato de caridade das pessoas letradas às pessoas perigosas e degeneradas. “Era preciso ‘iluminar’ as mentes que viviam nas trevas da ignorância para que houvesse progresso” (STEPHANOU et al, 2005, p. 261).

Diante do exposto entende-se que a alfabetização de jovens e adultos deixa de ser um direito para ser um ato de solidariedade, sendo muito recente a conquista, reconhecimento e definição desta modalidade enquanto política pública de acesso e continuidade à escolarização básica.

De acordo com Soares (2005), no final do século XIX e início do século XX, num contexto de emergente desenvolvimento urbano industrial e sob forte influência da cultura europeia, são aprovados projetos de leis que enfatizam a obrigatoriedade da educação de adultos, objetivando aumentar o contingente eleitoral, principalmente no primeiro período republicano e, conseqüentemente, atender aos interesses das elites. A escolarização passa a se tornar critério de ascensão social, referendada pela Lei Saraiva de 1882, incorporada posteriormente à Constituição Federal de 1891, em que se inviabilizará o voto ao analfabeto, alistando somente os eleitores e candidatos que dominassem as técnicas de leitura e escrita. Só em 1988 a nova Constituição Federal contempla em seu texto o acesso, a permanência na escola consolidando a obrigatoriedade da educação para fins do desenvolvimento integral do indivíduo, para que este possa integrar-se na sociedade de forma produtiva, participativa e consciente.

## **1.1 – Breve Histórico**

Nas primeiras décadas do século XX não havia uma política centralizada de educação nacional e algumas associações assumem o objetivo de “erradicar” o “mal” do analfabetismo, que atingia cerca de 80% da população. Em 1934 a constituição prevê um Plano Nacional de Educação que inclui o ensino primário integral gratuito e extensivo a adultos. Pela primeira vez, a EJA é citada em um documento oficial. Nas décadas seguintes (50 e 60), registram-se críticas ao modelo da EJA por meio de grandes “campanhas”. Destaque para o grupo de Pernambuco que, liderado por Paulo Freire, que propunha uma organização de cursos baseada na realidade dos adultos e um trabalho feito “com” e não “para” eles. Movimentos de educação e de cultura popular trabalham a alfabetização como um instrumento de conscientização e de partida política, tendo na alfabetização de adultos uma possibilidade para a transformação social.

O Golpe Militar de 1964, um dos momentos mais negros da história brasileira, os programas que visavam à constituição de uma transformação social foram abruptamente interrompidos com apreensão de materiais, detenção e exílio de seus dirigentes. Retoma-se,

nessa época, a educação como modo de homogeneização e controle das pessoas. O governo militar, então, criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1967, com o objetivo de alfabetizar funcionalmente e promover uma educação continuada. Reedita uma campanha nacional, baseada no voluntariado e com material didático padronizado. Trata-se de um dos maiores programas da Ditadura Militar.

Em 1971 o Ensino Supletivo é implantado, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB N° 5.692). Com esse programa a alfabetização ficou restrita à apreensão da habilidade de ler e escrever, sem haver a compreensão contextualizada dos signos. Configurava-se assim, o sentido político do MOBRAL, que procurava responsabilizar o indivíduo de sua situação desconsiderando-o do seu papel de ser sujeito produtor de cultura, sendo identificado como uma “pessoa vazia sem conhecimento, a ser “socializada” pelos programas do MOBRAL” que procurava restabelecer a ideia de que as pessoas que não eram alfabetizadas eram responsáveis por sua situação de analfabetismo e pela situação de subdesenvolvimento do Brasil. Um dos slogans MOBRAL era: “você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável” (STEPHANOU; et al 2005, p. 270). Junto a essa ideia, também houve recrutamento de alfabetizadores sem muita exigência, rebuscando a ideia de que para educar uma pessoa é necessário ser apenas alfabetizada, sem entender o método pedagógico.

Com o Golpe Militar, muitos movimentos populares são extintos. Na década de 60 surgem os movimentos e em 1967 ganha espaço o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que com a chegada da Nova República, seu final foi marcado por denúncias sobre desvios de recursos financeiros, culminando numa CPI (Comissão Parlamentar de Investigação), em seu lugar, surge a fundação educar, com a finalidade de acompanhar secretarias e instituições, com associações, igrejas e sindicatos, que recebem recursos para a execução de projetos. Em 1986 foi criada a rede de apoio a ação alfabetizadora do Brasil (RAAAB) uma articulação entre ONGS que promovem a formação de educadores e busca influenciar as políticas públicas. Somente em 1988 com a nova constituição que em seu artigo 208, oficializa o direito universal ao ensino fundamental público e gratuito, independente da idade. Porém, pode-se ver que com a República Nova há a primeira explicitação legal dos direitos dos cidadãos que não foram escolarizados na idade ideal, como destaca Oliveira (2007, p. 4): O inciso I do artigo 208 indica que o Ensino Fundamental passa a ser obrigatório e gratuito, “assegurada, inclusive, sua oferta gratuita

para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. Em seu artigo 214, a Carta Magna indica também a que legislação “estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à • I – erradicação do analfabetismo, • II – universalização do atendimento escolar”.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização de Jovens e Adultos MOBRAF nasce em 1989, em São Paulo, durante a gestão de Paulo Freire<sup>1</sup> na secretaria de educação do município. O movimento se baseia no modelo de política pública de alfabetização de jovens e adultos que integra o governo e a organização da sociedade civil, e inspira outras administrações (cerca de vinte cidades em cinco estados). Desde 2003 uma articulação nacional reúne essas experiências na rede Mova Brasil. No ano internacional da alfabetização (1990). O governo Collor extingue a Fundação Educar e se ausenta como articulador e indutor de uma política nacional de alfabetização de jovens e adultos. Entretanto ao longo da década os municípios iniciam ou amplia o alerta para a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Em 1996 a nova LDB<sup>2</sup> afirma educação de jovens e adultos, superando o conceito anterior de ensino supletivo. O governo Federal propõe o Programa Alfabetização Solidária - (PAS), uma nova campanha de alfabetização que funciona mediante parcerias: governos municipais exercem a coordenação local; o empresariado e o MEC financia universidades e realizam a assistência técnica. Inicialmente cada módulo PAS é realizado em apenas seis meses (hoje em oito) divididos entre o planejamento e a formação dos monitores, e as atividades de alfabetização. Relatórios afirmam que o pouco tempo para as ações é responsável pela pequena proporção de educandos capazes de ler e escrever pequenos textos ao final de cada módulos: entre 16% e 27% apenas em 1998, a PAS se transforma em instituição Alfabetização Solidária (ALFASOL), que até hoje atendeu mais de cinco milhões de pessoas.

---

<sup>1</sup> **Paulo Reglus Neves Freire** (Recife, 19 de setembro de 1921 — São Paulo, 2 de maio de 1997) foi um educador, pedagogo e filósofo brasileiro. É Patrono da Educação Brasileira e é considerado um dos pensadores mais notáveis na história da Pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica, morreu de um ataque cardíaco em 2 de maio de 1997, deixando um vasto legado para o mundo da educação.

<sup>2</sup> Lei nº 9394 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
Art. 1º. (...) § 1º. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

## 1.2 – As CONFINTEA's

As CONFINTEA's são as **Conferências Internacionais de Educação de Adultos**. É a partir da primeira metade do século passado que essas conferências aparecem com objetivo de produzir um documento que trouxesse a problemática da Educação de Jovens e Adultos - EJA. Entre 1947 e 1950, o serviço de Educação de Adultos, entre outras ações, conduz a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos. A campanha estimulou uma primeira infraestrutura para a Educação de Jovens e Adultos - EJA, com alfabetização inicial em três meses e apelo ao voluntariado. Um novo documento surge enfatizando a necessidade de mais atenção para essa modalidade na CONFINTEA I - A primeira Conferência Internacional de Educação e Adultos ocorreu em 1949, em Elsinore na Dinamarca, num contexto de pós-guerra e de tomadas de decisões em busca pela paz. Reuniram-se 106 delegados, 21 organizações internacionais e 27 países, o Brasil não participou desta primeira edição, mesmo tendo participado da Campanha em Beirute em 1948 e de sediar o Seminário Interamericano em 1949. O texto final do documento resultou nas seguintes recomendações: que os conteúdos da Educação de Adultos estivessem de acordo com as suas especificidades e funcionalidades, que fosse uma educação aberta, sem pré-requisitos; que os problemas das instituições e organizações com relação à oferta precisariam ser debatidos; que se averiguassem os métodos e técnicas e o auxílio permanente; que a educação de adultos seria desenvolvida com base no espírito de tolerância, devendo ser trabalhada de modo a aproximar os povos, não só os governos e, que se levasse em conta as condições de vidas das populações de modo a criar situações de paz e entendimento. CONFINTEA II - A segunda CONFINTEA aconteceu em 1960, em Montreal, Canadá. Sob a premissa de um mundo em mudança, de acelerado crescimento econômico e de intensa discussão sobre o papel dos Estados frente à Educação de Adultos se reuniram 47 Estados-membros da UNESCO, 2 Estados como observadores, 2 Estados Associados e 46 ONGs. Cada país-membro elaborou seu relatório nacional, o principal resultado desta segunda Conferência foi à consolidação da Declaração da Conferência Mundial de Educação de Adultos que contemplava um debate sobre o contexto do aumento populacional, de novas tecnologias, da industrialização, dos desafios das novas gerações e a aprendizagem como tarefa mundial, onde os países mais abastados deveriam cooperar com os menos desenvolvidos. CONFINTEA III aconteceu em 1972, na cidade de Tóquio (Japão), essa terceira edição, 82

Estados-membros, 3 Estados na categoria de observador (inclusive Cuba), 3 organizações pertencentes às Nações Unidas, 37 organizações internacionais. Trabalhando as temáticas de Educação de Adultos e Alfabetização, Mídia e Cultura e apostou nas premissas de que a Educação de Adultos teria como elemento essencial a aprendizagem ao longo da vida. O relatório final concluiu que a educação de adultos é um fator crucial no processo de democratização e desenvolvimentos da educação, econômico, social e cultural das nações, sendo parte integral do sistema educacional na perspectiva da aprendizagem ao longo da vida. CONFINTEA IV – a quarta CONFINTEA sob a temática “Aprender é a chave do mundo” se reuniram em Paris, França, no ano de 1985, 841 participantes de 112 Estados-membros, Agências das Nações Unidas e ONGs. Esse encontro salientou a importância do reconhecimento do direito de aprender como o maior desafio para a humanidade. Entendendo por direito o aprender a ler e escrever, o questionar e analisar, imaginar e criar, ler o próprio mundo e escrever a história, ter acesso aos recursos educacionais e desenvolver habilidades individuais e coletivas, a conferência incidiu sobre as lacunas das ações governamentais quanto ao cumprimento do direito de milhares de cidadãos terem suas passagens pelos bancos escolares com propostas adequadas e com qualidade. CONFINTEA V - Realizada em 1997, em Hamburgo (Alemanha) num contexto de continuidade de outras Conferências Internacionais que vinham acontecendo na mesma década, que consta na história da EJA de maneira singular, por ter posto em marcha um intenso movimento de preparação mundial com certa antecedência. Ela acontece a partir de um amplo processo de consultas preparatórias (IRELAND, 2000:15) realizadas nas cinco grandes regiões mundiais consideradas pela UNESCO, acrescidas da Consulta Coletiva as ONGs, de onde foram consolidados relatórios para a Conferência Internacional. Sob o tema da aprendizagem de adultos como ferramenta, direito, prazer e responsabilidade, o evento contou com a participação de mais de 170 estados membros, 500 ONGs e cerca de 1300 participantes. CONFINTEA VI essa conferencia em 2003 os Estados-membros da UNESCO foram convocados a reexaminarem os compromissos com a EJA firmados na Conferência de 1997. A VI CONFINTEA aconteceu em Belém-PA (Brasil) em 2009, influenciada ainda pelo clima de Fórum Social Mundial. Este encontro foi ressaltado a necessidade de criação de instrumentos de advocacia para Educação de Adultos, em nível local e global, em espaços dentro e fora da UNESCO.

<b>CONFINTEA's</b>		
<b>ANO</b>	<b>LOCAL</b>	<b>PROPOSTA(S)</b>
1949 I	Elsinore (Dinamarca)	Sob o Tema “As especificidades da Educação de Adultos; proporcionar uma educação aberta e voltada para as condições de vidas reais da <u>população</u> ; Conteúdos de acordo com as suas especificidades e funcionalidades; Educação sem pré-requisitos; Problemas com relação à oferta precisariam ser debatidos; Auxílio permanente aos métodos e técnicas; Educação desenvolvida com base no espírito de tolerância, devendo ser trabalhada de modo a aproximar os povos; Que se levasse em conta as condições de vida das populações de modo a criar situações de paz e entendimento.
1960 II	Montreal (Canadá)	Debate sobre a necessidade de países mais desenvolvidos ajudarem aos em desenvolvimento melhorar a sua aprendizagem e ainda sobre o contexto do aumento populacional, de novas tecnologias, da industrialização, dos desafios das novas gerações e a aprendizagem como tarefa mundial, onde os países mais abastados devessem cooperar com os menos desenvolvidos.
1972 III	Tóquio (Japão)	Trabalhou as temáticas Mídias e Cultura apostou nas premissas de que a Educação de Adultos teria como elemento essencial a aprendizagem ao longo da vida e um fator crucial no processo de democratização das nações.
1985 IV	Paris (França)	Sob a temática “Aprender é a chave do mundo” salientou a importância do reconhecimento do direito de aprender como o maior desafio para a humanidade. Entendendo por direito o aprender a ler e escrever, o questionar e analisar, imaginar e criar, ler o próprio mundo e escrever a história, ter acesso aos recursos educacionais e desenvolver habilidades individuais e coletivas, ressaltou ainda, o cumprimento de todos terem direito a uma educação de qualidade.

1997 V	Hamburgo (Alemanha)	Sob o tema: Da aprendizagem de adultos como ferramenta, direito, prazer e responsabilidade.
2009 VI	Belém-PA (Brasil)	Sob o tema: Vivendo e aprendendo para um futuro viável: cujo objetivo era reavaliar os princípios pontos da V conferência Ressaltada a necessidade de criação de instrumentos de advocacia para Educação de Adultos, em nível local e global, em espaços dentro e fora da UNESCO.

Quadro 1 – síntese das CONFINTEA'S para melhor visualização. Fonte <http://www.mec.es/educa/rieja/>

Recentemente, Knoll (2007, p. 23) descreve as Conferências Internacionais como "uma vitrine profissional para a educação de adultos, destinada a ser vista como um marco de grandes avanços". Não são eventos isolados, mas um ciclo ou movimento que busca, periodicamente, fazer um balanço da educação de adultos em todo o mundo, estabelecer tendências emergentes e indicar caminhos à frente, para a década seguinte.

As CONFINTEA's, enfim, propõe um chamado a uma reconceituação e ao entendimento que Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino complexa porque envolve dimensões que transcendem a questão educacional. Até uns anos atrás, essa educação resumia-se à alfabetização como um processo compreendido em aprender a ler e escrever em nenhum momento pensava-se na necessidade social, na compreensão e interpretação para a prática cotidiana, como a leitura de uma bula de remédio, um documento a ser assinado, uma fatura ou título a ser pago coisas corriqueiras no mundo letrado e escolar.

## 2. PERFIS DOS ATORES

A diversidade é uma das principais marcas do corpo discente da Educação de Jovens e Adultos - EJA: diferentes idades, diferentes experiências de vida, diferentes bagagens culturais. Por outro lado, algumas experiências e expectativas são comuns à maioria: impossibilidade ou dificuldade de realizar os estudos na idade regular, necessidades relacionadas ao trabalho, expectativas de aprendizagem e desenvolvimento pessoal. Os dados informalmente coletados da Secretaria de educação e Cultura do Estado da Paraíba

confirmam essas características no universo dos educandos da Rede Estadual de Ensino, 45% são mulheres e 55% homens. É interessante o fato de a maioria, ser do sexo masculino. Provavelmente isso acontece porque os meninos estão sendo excluídos do ensino regular mais cedo do que as meninas, como indicam as estatísticas educacionais brasileiras. Assim, na Educação de Jovens e Adultos – EJA predomina o sexo masculino. Coerentemente, temos mais mulheres casadas, separadas ou viúvas (55%) e que têm filhos menores de idade (54%). A maior parte também trabalha fora de casa (43%) ou está desempregada (34%).

O corpo docente que atua na Educação de Jovens e Adultos - EJA é majoritariamente feminino (70%). Do total, 80% tem mais de 35 anos de idade. A maioria tem significativa experiência no magistério e também não é novata na Educação de Jovens e Adultos - EJA

## 2.1 - O educador e suas angustias

Diante desse universo educacional tão diversificado e heterogêneo, é comum muitos professores, por estarem inseridos nesse cotidiano escolar, retratarem uma realidade de insegurança, medo, angústia e sentirem-se incapazes de dar conta de um processo ensino/aprendizagem de qualidade, transformador, pois como profissionais foram preparados para trabalhar com a homogeneidade, com uma escola única e igual para todos, com os mesmos currículos, métodos, normas e provas, e que a mudança ainda está em processo, a busca por uma atuação adequada as necessidades deste público.

Até pouco tempo atrás se registra situações no nosso dia-a-dia nas escolas em que o professor da EJA consistia numa seleção de docentes marcados por fracassos em sala de aula: docentes já cansados(as) pelo excesso de jornadas de trabalho, cujo desempenho já não era satisfatório então a direção decidia remanejá-la para o turno da noite que era mais **leve e com menos horas de trabalho**; docentes com problemas de relacionamento ou interação com seus educandos, estaria sanado o problema **trocando para um público adulto**, aí sim tudo estaria resolvido transferindo-a para noite; docentes já às portas da aposentadoria, desmotivados(as), apáticos e em muitos casos desempenhando outras atividades noutras áreas, para esses o **turno da noite era o ideal porque o público era menor**, a evasão era algo inevitável e logo, logo ela seria substituída por ocasião da aposentadoria, docentes com altos níveis de reprovação imaginava-se que remanejando-os para o turno da noite o prejuízo seria menor pois já é um público caracterizado pelos altos índices de faltas e de insucesso.

Por esses e tantos outros motivos tinha-se em algumas escolas professores na EJA mal sucedidos, cujo desempenho era questionável, responsável pela desmotivação e descrédito dos educandos e, conseqüentemente a evasão. Ficando o paradoxo: o público que mais precisa de incentivo, motivação e dedicação, pois já passou pela escola e por um sem-fim de motivos a deixou, depara-se com um docente com atuação obsoleta ou uma atuação que não atenda o perfil da clientela e eis que a história se repete mais uma vez deixam a escola.

Para sanar tal quadro são direcionados aos docentes incentivos financeiros, formações continuadas que anualmente pelas redes públicas para lentamente tentar mudar a história de um público carente e sofrido pelos anos de tentativas e pelo insucesso escolar. Hoje já depara-se com realidades em que o público docente tem subsídios para atuar com uma nova turma, com alunos diversificados, provenientes de diferentes comunidades e com diferentes contextos sociais, com diferentes necessidades e diferentes desafios. Os docentes tem objetivos claros: ensinar, ou mais do que ensinar, querem que os alunos aprendam e que se interessem pelo que vão aprender, que se mantenham na escola e que esse conhecimento seja significativo. Já vão longe os tempos em que a Educação de Jovens e Adultos - EJA tinha o objetivo de “fazer analfabetos ler e escrever” hoje ler e escrever representa mais do que decifrar símbolos num livro criado para crianças estudar ou traçar o próprio nome com letras rudimentares, o papel da Educação de Jovens e Adultos – EJA hoje é trazer o cidadão à sua realidade de sujeito atuante, e participativo na sociedade.

Para tanto em sua atuação importante que o professor desse segmento tenha clareza de que seus alunos são sujeitos históricos e que chegam à escola sabendo muitas coisas e, às vezes, sabem de coisas das quais os professores desconhecem. Esses conhecimentos podem ser através das experiências do seu cotidiano, conhecimentos adquiridos pelas suas passagens pela escola, ou ainda, informações que ele sabe por que ouviu e repete-as, mas muitas estão ligadas ao senso comum sem um aprofundamento científico. Nesse primeiro contato com o aluno é indispensável que o professor oportunize um momento para que o aluno seja ouvido. Esse envolvimento do aluno é importante na concepção de Nadal (2007, p.23), pois: “Enquanto interlocutor, o aluno deixa de ser visto como aquele que somente escuta para ser o sujeito que troca com o professor, que participa, ouve e também é ouvido”.

Tendo como pressuposto essa concepção dialógica onde a ênfase está no ouvir, a heterogeneidade na sala de aula deve ser encarada como um fator positivo, pois ao expor suas ideias, o educando traz à tona diferentes experiências vividas, aumentando as possibilidades de compreender o que está sendo estudado. Dar voz aos alunos é a maneira mais eficiente de conhecer sua cultura. A construção dessa prática permite a escola cumprir o seu papel na formação humana, bem como ser lócus da socialização dos conhecimentos.

A partir dessa preocupação, Nóvoa (2002) delinea três pressupostos para a complexidade do ensinar: primeiro o trabalho docente depende da colaboração do aluno, ele precisa participar ativamente do processo para se efetivar a aprendizagem; segundo diz respeito ao campo das emoções, pois na sala de aula estabelecem-se as mais diferentes relações do professor com os alunos, dos alunos com os alunos, e de ambos com outras instâncias administrativas, com outros professores e com a comunidade e, por último, o cumprimento de objetivos que a educação formal deve seguir.

### 2.1.1 O docente, sua prática pedagógica e a interação com os educandos.

A creditamos que a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressiva, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho se não viver a nossa opção. Encarná-la, diminuindo, assim, a distância entre o que dizemos e o que fazemos" (FREIRE, 1977).

Ao falar de práticas pedagógicas, sempre se espera que haja uma “receita nova” ou técnicas “revolucionárias” que venham sanar todas as dificuldades encontradas pelos professores na sala de aula. Porém “ressignificar” quer dizer dar novo significado, ou seja, ressignificar as práticas pedagógicas significa ter um “novo olhar” sobre as práticas que já existem. Partindo da importância da reflexão do docente sua prática, de acordo com Nadal & Ribas (2007), há a existência de três ingredientes essenciais a toda prática pedagógica: os encaminhamentos, as intervenções e as devoluções. Os encaminhamentos são todas propostas de atividades que devem ser sugeridas e orientadas pelo professor. As intervenções se efetivam por meio de ações, que o professor devolução através de questionamentos, levando a formulação de hipóteses.

Nesse momento, garante-se ao educando a oportunidade de apropriar-se do ensino e aprendizagem através da exposição das ideias, da interação com os colegas e com o professor e ampliação dos conhecimentos. Por fim, a devolução em que se estabelece a sistematização dos conteúdos, sendo que esse ato deve ser organizado pelo professor, porém deve retratar todo um processo de construção conjunta dos alunos com a orientação do professor. “É preciso sublinhar a importância de haver devoluções, porque elas são indispensáveis à aprendizagem, sem esquecer de que fazê-las exige do educador uma leitura minuciosa do grupo e de cada um, dos seus níveis de conhecimento, dos seus níveis de elaboração sobre os conceitos trabalhados, para que a devolução ganhe o sentido de uma organização de conteúdos construídos” (NADAL et al, 2004, p.40).

Dentro desse contexto entende-se que o professor utiliza-se de estratégias para organizar e orientar o processo de aprendizagem dos seus alunos, por isso os objetivos devem estar claros para os sujeitos envolvidos: professores e alunos. O professor deverá ser um verdadeiro estrategista, o que justifica a adoção do termo estratégia, no sentido de estudar, selecionar, organizar e propor as melhores ferramentas facilitadoras para que os estudantes se apropriem do conhecimento. As estratégias incluem toda a organização da sala de aula que facilite a aprendizagem do aluno: disposição dos móveis e carteiras, organização e exploração do espaço da sala, exploração do deslocamento físico de professores e alunos, material a ser utilizado desde um simples giz ou lousa até os multimeios mais complexos e avançados (visuais, auditivos, sonoros, etc.), excursões a locais fora da escola e assim por diante. Dentre as diferentes estratégias, destacam-se o ensino individualizado e o ensino socializado. O ensino individualizado caracteriza-se pelo atendimento individualmente dos alunos, respeitando seus ritmos, interesses, necessidades e aptidões e o ensino socializado-também chamado de trabalhos em grupais, a qual recupera uma forma constante na vida dos alunos quer no trabalho, no ambiente doméstico, no seu cotidiano, e constitui-se em um importante processo de interação entre os indivíduos com idades, objetivos e interesses diferentes, proporcionando a troca e a cooperação entre eles, para que haja o processo ensino/aprendizagem. O uso de diferentes técnicas de grupos favorece a aprendizagem de todos, inclusive daqueles com mais “acanhados”.

Finalizando, a atuação profissional dos docentes da educação básica (onde a EJA está incluída) não requer nada novo ou espetacular, ou mesmo nenhuma invenção futurista, de

acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 13, os docentes incumbir-se-ão de:

- I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III – zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

#### 2.1.2 - A formação docente

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (Art. 62 - Lei de diretrizes e Bases).

De acordo com dados colhidos na própria Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa-PB, que mantém cento e quatorze unidades educacionais sendo quarenta e uma Escolas, quatro Unidades de Educação Infantil e sessenta e cinco CREIS - Centros de Referência em Educação Infantil (antes denominadas CRECHES), funcionando plenamente com em torno de oitenta e cinco mil alunos e, segundo dados do CECAPRO<sup>3</sup>, aproximadamente quatro mil e cem docentes, participam efetivamente da formação continuada oferecida pela SEDEC. Os docentes tem curso superior, algumas exceções nos CREIS, pois conforme a LDB a formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental e a oferecida em nível médio na modalidade normal. No que diz respeito ao Programa de Formação Continuada da Secretaria Municipal de Educação, coordenado pela Diretoria de Gestão Curricular em parceria com o Centro de Capacitação dos Profissionais em Educação – CECAPRO

---

<sup>3</sup> Centro de Capacitação de Professores

apresenta um formato que atende a todos os segmentos incluindo a equipe gestora. Alguns docentes ligados a segmentos tais como Educação Especial, PNAIC<sup>4</sup> e os programas Brasil Alfabetizado e PROJOVEM tem sua formação continuada coordenada especificamente pelas suas coordenações em parceria com o MEC. está sendo implementado também no sistema a distância. Esta inovação representa avanços Formação E oferecida para toda a rede cursos de informática se também serve de suporte para o sistema à distancia implantado nos últimos anos. Efetivamente, este é mais um passo largo para o aperfeiçoamento dos educadores da Rede através da Formação Continuada.

Diante dessa realidade, a partir de 2008, a Formação Continuada da Rede Municipal de João Pessoa, ganha um novo formato, antes assistemático, onde a coordenação de cada segmento ou área promovia a formação dos educadores isoladas umas das outras, nesse novo momento foi sistematizada para contemplar o máximo de profissionais, e assim foi a cada ano evoluindo de acordo com o sugerido pelos docentes e ministrantes.

De acordo com as Diretrizes Municipais para Educação<sup>5</sup>, documento que também dispõe sobre a Formação Continuada, reforça em seu texto que entre outros objetivos, a Formação Continuada da Rede Municipal propõe novas metodologias e coloca os profissionais a par das discussões teóricas atuais, com a intenção de contribuir para as mudanças que se fazem necessárias para a melhoria da ação pedagógica na escola e, conseqüentemente, da educação. Além da sistematização que contempla com 80 (oitenta) horas todos os segmentos, níveis e modalidades, serão propostos Cursos em diferentes níveis de informática educativa, cursos semipresenciais de Especialização, *Lato Sensu*, com 360 horas e de atualização com 60 horas. Em consonância com o pensamento de Freire, a formação continuada é concebida como:

- Um processo contínuo e permanente de desenvolvimento profissional do professor, de forma interarticulada, em que a graduação (visto que todos são graduados – LDB 9.394/96) corresponde ao período de aprendizado nas instituições formadoras;

---

<sup>4</sup> Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

<sup>5</sup> Documento norteador, com linguagem sucinta e clara, de fácil leitura, contendo instruções diversas, informações relevantes para o dia a dia das escolas e da própria Secretaria de Educação Municipal, além de conter instrumentos legais em seus anexos, publicado on line e impresso sob forma de uma cartilha, distribuída em considerável quantidade, para o fácil acesso, circula nos setores da referida Secretaria e entregue nas escolas.

- Diz respeito à aprendizagem dos professores que estejam no exercício da profissão, mediante ações dentro e fora das escolas, deve incentivar a apropriação dos saberes pelos professores, rumo à autonomia, e levar a uma prática crítico-reflexiva, abrangendo a vida cotidiana da escola e os saberes derivados da experiência docente. (Diretrizes Municipais para Educação 2012).

Nessa linha de pensamento a Rede Municipal de João Pessoa busca ano após ano, analisar, inovar a Formação Continuada, a partir dos resultados apresentados desde 2008, pelo Programa Escola Nota 10, com o índice crescente de frequência e credibilidade dos educadores para com a formação, busca também subsidiar o fortalecimento de novos paradigmas na área, mais capazes de propiciar o aprimoramento profissional dos docentes e a melhoria da qualidade da Educação oferecida pelas redes públicas de ensino municipal.

A formação continuada dos docentes da Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos anos 2011 e 2012, tendo à frente a Universidade Federal da Paraíba, teve como conclusão uma publicação<sup>6</sup> que versa sobre diversos temas pertinentes a esse público, objetivando, sob a luz de Paulo Freire (1996), formar homens e mulheres conscientes dos seus direitos para com a sociedade. Diante das mudanças de paradigmas, de consciência e de comportamentos propostas à educação só serão possíveis quando a escola tiver docentes devidamente capacitados, conscientes, competentes e envolvidos com os desafios educacionais que a sociedade atual vem impondo tais como: uso de metodologias atualizadas voltadas para realidade do público bem como o uso das tecnologias como recurso didático pedagógico.

Compete ao professor, além de incrementar seus conhecimentos e atualizá-los, esforçar-se por praticar os métodos mais adequados em seu ensino, proceder a uma análise de sua própria realidade pessoal como educador, examinar com auto consciência crítica sua conduta e seu desempenho, com intenção de ver se está cumprindo aquilo que sua consciência crítica da realidade nacional lhe assinala como sua correta atividade. (Pinto, 1986, p.113)

A seguir vê-se quadro com números oficiais, referente às Formações Continuadas oferecidas pela Rede Municipal nos últimos anos, exceto docentes dos programas Brasil Alfabetizado e PROJOVEM que por serem programas tem formação específica para o programa em parceria com o MEC.

---

<sup>6</sup> Livro organizado pela Coordenadora da Formação Continuada do Segmento EJA – Bernardina Silva de Carvalho – **A Educação de Jovens e Adultos no Município de João Pessoa – Tecendo Reflexões**

SEGMENTO	Nº DE DOCENTES			Nº DE TURMAS			HORAS	
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	PRESENCIAL	ON LINE
Docentes da Ed.infantil - CREIS	144	196	240	04	06	06	80 H	-
Monitoras de sala de aula - CREIS	120	152	160	04	04	04	80 H	-
Docentes da Ed. infantil - Escolas	80	96	126	04	04	04	80 H	-
Docentes do Ens Fund. I	644	815	890	21	21	22	80 H	-
Docentes do Ens Fund. II – Ens. Religioso	68	65	84	02	02	02	80 H	-
Docentes do Ens Fund. II - Língua Portuguesa	146	155	158	04	04	04	40 H	40 H
Docentes do Ens Fund. II - Matemática	144	149	146	04	04	04	40 H	40 H
Docentes do Ens Fund. II - História/Geografia	128	126	133	05	06	06	40 H	40 H
Docentes do Ens Fund. II - Ciências	113	120	122	03	03	03	40 H	40 H
Docentes do Ens Fund. II - Língua Inglesa	55	71	68	02	02	02	40 H	40 H
Docentes do Ens Fund. II – Ed. Física	188	178	216	05	06	06	40 H	40 H
Docentes do Ens Fund. - Arte	91	69	76	02	01	01	80 H	X
Docentes da EJA Adultos I	188	216	256	05	07	07	40 H	40 H
Docentes da EJA II	100	109	114	03	03	03	40 H	40 H
Docentes de Música	-	-	38	-	-	01	80 H	X
Instrutores de Bandas Marciais	-	-	41	-	-	01	80 H	X
Docentes Readaptados	-	-	140	-	-	04	80 H	X
Especialistas (Assistente Social, Orientador, Psicólogo e Supervisor)	305	379	414	08	10	10	40 H	40 H

Quadro 2 síntese quantitativa – Formação Continuada Docentes – Fonte: CECAPRO/SEDEC

## 2.2 – Os educandos e suas origens

LDB em seu Art. 4º trata do dever do Estado com educação escolar pública e assegura o direito à educação da modalidade EJA mediante a garantia de:

- (...) IV – acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;
- V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;

A Educação de Jovens e Adultos - EJA nos dias atuais além de direcionada para as pessoas que não tiveram acesso à escola na idade apropriada, nela indivíduos lutam pela melhoria de condições individuais e sociais, a EJA é, segundo SOARES (2005, p.7) um “campo político, denso e carrega consigo o legado de Educação Popular” no qual os sujeitos estão imersos “em uma dinâmica social e cultural ampla que se desenvolvem em meio as lutas, tensões, práticas e movimentos sociais”. Além disso, precisamos lembrar que esses alunos são pessoas marcadas pela exclusão social, mas que tem cultura própria.

No contexto do público em estudo encontram-se pessoas que em razão de limitações diversas foram ficando para trás retidos em séries que ano após ano aumentava a distorção idade série, multiplicando-se as dificuldades, até um dia não mais sabiam o que estavam buscando na escola, pode-se citar aqueles que foram vítimas do despreparo do docente ou do sistema de avaliação utilizado que por si só é excludente, sem esquecer daquelas pessoas oriundas de lares em situações difíceis (desemprego, prisão, separações, semi-abandono e até abandono) cuja última coisa a ser pensada é a escolaridade das crianças envolvidas, ficando estas a mercê de períodos de transição, mudanças de endereços, remanejamento de responsáveis que caracteriza, longos períodos fora das salas de aula, tais elementos trazem para a escola crianças com dificuldades de concentração, atenção além de dificuldades com autoridade vigente, resistência às regras e normas, hábitos antissociais, agressividade, intolerância ao ambiente de sala de aula, para contornar tais situações são necessários mecanismos sensíveis e precisos não só por arte do docente, mas do apoio técnico (Orientador, Supervisor, Assistente Social e Psicólogo), bem como da Direção Escolar caso contrário no final do ano acontecem as reprovações e eis que ano após ano os resultados das situações acima retorna derrotado à noite na escola que, até já estudou anos atrás, para se matricular na Educação de Jovens e Adultos - EJA, descreditado, derrotado tentando recuperar o que a escola não teve suporte para lhe dar na idade certa.

Além da dicotomia vinculada à faixa etária, um fato especial que chama a atenção, no perfil dessa clientela, é a presença de mulheres oriundas de um processo de uma tradição patriarcal ou matrimonial, que as afastou das escolas em algum momento de suas vidas, mas que se inserem, cada vez mais, como protagonistas na vida social, política e econômica da sociedade.

Na Educação de Jovens e Adultos - EJA estão, também, os educandos com necessidades educacionais especiais; os alunos de assentamentos que buscam uma escolarização formal, contudo sem perder de vista os conhecimentos e a sua cultura historicamente construída, superando a visão de que o meio rural é um local de atraso, de que as pessoas não precisam estudar ou basta uma educação precária e aligeirada. Nesse processo Kuenzer (1987) salienta que o ponto de partida para a produção do conhecimento do educando deve ser a sua atividade prática, isto é o trabalho, entendido como toda forma de atividade humana através da qual o ser humano compreende e transforma as circunstâncias ao mesmo tempo em que é transformado por elas.

Freire (1997), em sua proposta metodológica de alfabetização de Jovens e Adultos, também compreendia que as experiências de vida necessitavam ser consideradas no cotidiano escolar, uma vez que educador e educandos se encontravam no mesmo patamar: como aprendizes e com experiências de vida que não podiam deixar de ser valorizadas. A sua prática didática fundamentava-se na crença de que o educando assimilaria o objeto de estudo fazendo uso de uma prática dialética com a realidade, em contraposição à por ele denominada educação bancária, tecnicista e alienante: o educando criaria sua própria educação, fazendo ele próprio o caminho, e não seguindo um já previamente construído; libertando-se de chavões alienantes, o educando seguiria e criaria o rumo do seu aprendizado.

[...] “é impossível ensinarmos conteúdos sem saber como pensam os alunos no seu contexto real, na sua cotidianidade. Sem saber o que eles pensam independentemente da escola para que os ajudemos a saber melhor o que já sabem, de um lado, e, de outro, a partir daí, ensinar-lhes o que ainda não sabem. (FREIRE, 1997)

Finalizando, o dia a dia das escolas é retratado na fala frequente do próprio aluno, este busca na escola um lugar para satisfazer suas necessidades particulares, para integrar-se à sociedade letrada, da qual não pode participar plenamente quando não domina a leitura e a escrita. Um novo pensar sobre a educação de jovens e adultos traz para o âmbito escolar

questões relativas ao processo histórico do aluno. Existem muitos motivos que levam esses adultos a estudar, como, exigências econômicas, tecnológicas e competitividade do mercado de trabalho. Vale destacar, que outras motivações levam os jovens e adultos para a escola, por exemplo, a satisfação pessoal, a conquista de um direito, a sensação da capacidade e dignidade que traz autoestima e a sensação de vencer as barreiras da exclusão.

### **3 – A EVASÃO**

A evasão escolar ocupa espaço relevante nos debates e reflexões acerca da educação pública brasileira, conforme firmado na LDB - que dispõe em seu artigo 2º que a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Entretanto, constata-se ano após ano os altos índices de evasão, nas mais diversas comunidades e localidades, apesar dos incentivos sob forma de cursos e formações diversas, além do incentivo financeiro e dos programas e de considerável número de escolas já apresentarem que apresentam relativa boa infraestrutura capaz de atender as necessidades dos educandos tais como ajustes nos horários, merenda, sala de vídeo, sala de informática, biblioteca, dentre outros recursos tecnológicos trazidos pela modernidade. A mesma Lei assegura em seu artigo 37 que:

A Educação de Jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (...) os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (...) O poder público viabilizará e estimulará o acesso e permanência na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (LDB, 1996)

#### **3.1 – Causas da evasão**

Entender e interferir positivamente no processo da evasão escolar é um desafio que exige uma postura de desconstrução das verdades construídas pelos leitores, assumindo assim uma atitude reflexiva diante dos conhecimentos prévios acerca da evasão escolar. Assim vale destacar que essa situação é semelhante ao ato de conhecer citado por Freire (1982, p. 86), como um desafio, onde se lê que:

O próprio fato de tê-lo reconhecido como tal me obrigou assumir em face dele uma atitude crítica e não ingênua. Essa atitude crítica, em si própria, implica na penetração na intimidade mesma do tema, no sentido de desvelá-lo mais e mais. Assim, [...] ao ser a resposta que procuro dar ao desafio, se torna outro desafio a seus possíveis leitores. É que minha atitude crítica em face do tema me engaja num ato de conhecimento.

O Analfabetismo, a evasão escolar e a não valorização dos profissionais da educação refletem-se fortemente no cenário nacional e nos elementos que convergem na Modalidade EJA. Estudos diversos atribuem o fracasso escolar a fatores internos e fatores externos à escola nos fatores externos destacam-se os fatores sociais relativos aos educandos e a família e nos fatores internos destaca-se a própria atuação da escola (linguagem, métodos, o docente, etc.), além da falta de esforço individual.

Com relação ao atendimento do aluno, percebe-se no dia-a-dia das escolas que se atribui papel preponderante àquele destinado ao ensino regular, relegando-se a segundo plano as especificidades da Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Para Oliveira (2001) é preciso considerar a condição de excluídos da escola somados a fatores culturais determinantes no grupo de alunos desse segmento. Há de se considerar um aspecto cultural do aluno da Educação de Jovens e Adultos – primeiro a situação de excluído da escola regular, e segundo é a adequação dos currículos e programas que na rotina escolar visto que são conteúdos apresentados nas mesmas situações de aprendizagem do ensino regular sem, muitas vezes, levar em consideração que os adultos possuem habilidades e dificuldades específicas, e uma capacidade maior de reflexão sobre si mesmo e o seu próprio processo de aprendizagem. Entre as dificuldades do aluno da Educação de Jovens e Adultos – EJA, relacionados à escola aparecem: a importância da experiência pessoal, as dificuldades referidas à transmissão (docente) e a abstração (educando) dos conteúdos e à sistematização e aquisição dos mesmos para o uso na vida prática.

Meksenas (1998) em seus estudos sobre a evasão escolar noturna atribui como causa principal às questões relativas ao trabalho, o fato deste público trabalhar desde muito jovem e iniciam suas atividades cotidianas muito cedo para ajudar no sustento (o próprio e da família), à noite estão exaustos e desmotivados pela pesada jornada de trabalho, dispersam-se por quaisquer motivos, apresentam altos níveis de ansiedade e consideráveis níveis de déficits de atenção e concentração, ausentam-se para fumar e alguns até cochilam. Em 1983 Picuí (BRANDÃO, 1983), já entendia que o fenômeno da evasão e da repetência longe está de ser fruto de características individuais dos educandos e de suas famílias e sim refletem a forma como a escola recebe e exerce ação sobre os membros destes diferentes segmentos da sociedade, ficando assim relegada ao docente a produção do fracasso escolar.

### **3.2 – O Incentivo ao sucesso escolar - Os Programas e as parcerias**

Vários estudos, como o Mapa do analfabetismo realizado pelo INEP, revelam com clareza o quanto a sociedade brasileira tem sido vítima das políticas e conduções de sequentes governantes imóveis ao problema do analfabetismo e da interdição histórica de brasileiros e brasileiras aos instrumentos da leitura e da escrita. A grave situação educacional que os números desse mapa revelam exige refletir o quanto têm estado equivocadas as políticas públicas para a EJA, restritas, no mais das vezes, à questão do analfabetismo, sem articulação com a educação básica como um todo, nem com a formação para o trabalho, assim como com as especificidades setoriais, traduzidas pelas questões de saúde, gênero, raça, rurais, geracionais etc. (PAIVA, 2007)

#### **3.2.1 O PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens**

O programa no Município de João Pessoa, em atendimento a Lei nº 11.692/2008, é executado em consonância com a RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 29 de 03 de julho de 2013, com a RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 54 de 21 de novembro, bem como, com o Plano Pedagógico Integrado do PROJOVEM Urbano, e com as demais normas emanadas pela Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa, (texto oficial do edital convocatório do ano de 2013).

O PROJOVEM Trabalhador objetiva reparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda. Podem participar do Programa os jovens desempregados com idades entre 18 e 29 anos, e que sejam membros de famílias com renda per capita de até um salário mínimo. Atualmente atende nosso público sob o resultado da unificação das ações: Consórcio Social da Juventude, Empreendedorismo Juvenil, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Os participantes receberão aulas nos cursos de qualificação que serão de 350 horas/aula, sendo 100 horas/aula de qualificação social e 250 horas/aula de qualificação profissional e mediante comprovação de 75% de frequência as mesmas receberão bolsa auxílio em até seis parcelas, no valor de R\$ 100,00. O objetivo da ação de qualificação é estimular e fomentar a geração de oportunidades de trabalho, negócios, inserção social, bem como promover a visão empreendedora, com posterior inserção no mercado de trabalho de 30% dos jovens qualificados.

O PROJOVEM Urbano é mais uma opção, no âmbito da oferta da Educação de Jovens e Adultos em nosso município, visando um público específico na faixa etária de 18 a 29 anos, que ainda não completou o Ensino Fundamental, sendo esta uma oportunidade para que esse jovem, excluído do processo educacional, do mundo do trabalho e da sociedade, conclua o Ensino Fundamental e ingresse no Ensino Médio. Ao aluno integrante do PROJOVEM Urbano é oferecida uma formação a partir de três dimensões: o Ensino Fundamental, a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã. Com o Ensino Fundamental o jovem eleva seu Nível de Escolaridade, estando, assim, apto ao Ensino Médio; a dimensão da Qualificação Profissional lhe habilita ao exercício profissional e a da Participação Cidadã lhe mostra a importância de elaborar planos de ação comunitária, tornando-os protagonistas de sua história. As aulas têm duração de 18 meses, com carga horária de duas mil horas, e acontecem de segunda a sexta-feira, das 18h às 21h30. Aos jovens que cumprem determinados requisitos de frequência e elaboração de trabalhos é concedido um benefício mensal de R\$100,00.

### 3.2.2 – O Programa Brasil Alfabetizado

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), desenvolvido em todo o território nacional, realizado pelo MEC<sup>7</sup> desde 2003, voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade, é com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste, estando a Paraíba entre os estados com os números mais críticos. Os municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. Podem aderir ao programa por meio das resoluções específicas publicadas no Diário Oficial da União, Estados, Municípios e o Distrito Federal, objetivando promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do Ensino Fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida.

### 3.2.3 - Prêmio Escola/ CREI nota 10

O Decreto 7.682/2012 de 08 de outubro de 2012, é uma premiação instituída pela Lei Municipal nº 11.607/2008 e é concedida a todos os servidores das unidades educacionais da Rede, mediante o processo de avaliação onde são utilizados como Indicadores de desempenho a avaliação da **Gestão Escolar**, avaliação do desenvolvimento e plena execução de **atividades Pedagógicas** e Interdisciplinares; avaliação da **frequência dos educadores na Formação Continuada**, onde devem alcançar pelo menos 75% (setenta e cinco por cento), uma equipe da Diretoria de Formação Continuada acompanha e ao final oficializa os percentuais; avaliação da **aprendizagem dos alunos** com a aplicação anual da “provinha nota dez” onde uma equipe da Diretoria de Gestão Curricular / SEDEC corrige/analisa as provas e oficializa os percentuais. O capítulo V do detalha a premiação no item Formação continuada:

Artigo 15 – O Centro de Formação Deverá emitir documento comprobatório de frequência de todos os trabalhadores de educação de cada Escola. Será atribuído (...) salário base ao indicador de frequência da Formação Continuada, para a Escola que obtiver a frequência mínima de 75%

---

<sup>7</sup> Ministério de Educação e Cultura

(...)

V – O Profissional que não obtiver 75% da frequência não será contemplado com a bonificação da “Escola Nota 10”, excetuando-se os casos em que haja justificativa de ordem legal, apresentada ao CECAPRO no prazo de 5 dias úteis do ocorrido.

O Premio “Escola Nota 10” é baseado na valorização do desempenho da aprendizagem e da gestão escolar, com a finalidade de avaliar o grau de desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos e dos trabalhadores da educação que atuam nas Escolas e CREIs municipais, fornecendo referenciais importantes que orientem os procedimentos necessários para efetiva operacionalização do processo educativo. A Premiação estende-se aos CREIs e estabelece metas de aprendizagem e de gestão exigindo dos profissionais ações solidárias e comprometidas com a aprendizagem e os bons resultados a ser alcançados pelas crianças atendidas, objetiva incentivar o desenvolvimento educacional e mobilizar Escolas e CREIs com a finalidade de melhorar a qualidade do ensino e a gestão escolar elevando assim os índices de desenvolvimento da educação básica – IDEB – no Município e divulgá-los para a sociedade contribuindo assim com a elevação dos índices do IDEB do Estado que são os mais baixos do País. Enfim o Sucesso Escolar é o fundamento de toda a Premiação Escola/CREI nota 10.

### **3.3 – O PNE<sup>8</sup> e a concepção de Educação de Jovens e Adultos adotada nos Planos de Educação atuais**

A busca de uma coordenação nacional da política educacional, que se expressa em planos nacionais, tem uma trajetória de quase oito décadas no Brasil e com intencionalidades diferentes em cada contexto. Os Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação são fruto, em sua origem, de um esforço nacional de educadores brasileiros que teve início em 1932, com o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Esses pioneiros, representados por 26 educadores e educadoras, por meio de um manifesto ao povo e ao governo, propugnaram pela reconstrução educacional, propondo um plano com sentido unitário e de bases científicas. “Trata-se no caso em questão, do conceito de plano como um

---

<sup>8</sup> Plano Nacional de Educação

instrumento de introdução da racionalidade científica no campo da educação em consonância com o ideário escola novista” (SAVIANI, 1999, p.5).

Tratar da concepção de Educação de Jovens e Adultos (EJA) presente no PNE e nos planos estaduais de educação implica, primeiramente, retomar o que é a educação de jovens e adultos hoje, tendo em vista as grandes mudanças ocorridas nesse campo nos últimos doze anos, mais especificamente após a aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (BRASIL, 1996). Até a aprovação dessa lei, quando se referia na política educacional ao atendimento oferecido a jovens e adultos em defasagem idade/série, o termo utilizado era ensino supletivo, ou ainda se fazia referência ao MOBRAL, de fato, essas duas experiências educacionais marcaram profundamente o atendimento a jovens e adultos, principalmente no que se refere aos seus aspectos negativos. Hoje novos paradigmas apontam novos conceitos do que é alfabetizar e que não mais basta ensinar a decifrar um código ou meros símbolos é preciso ler e escrever com compreensão e fazer uso prático (social) de tais aquisições.

A Lei 5.379, de 1967, que criou o MOBRAL, e a Lei 5.692, de 1971, que oficializou o ensino supletivo, ambas do período da ditadura militar, tiveram forte influência na educação para jovens e adultos, deixando o estigma, difícil de ser superado, da oferta compensatória e aligeirada de escolarização. Há, portanto, no imaginário da sociedade brasileira, várias percepções que se cristalizaram a partir das experiências de MOBRAL e ensino supletivo como, por exemplo, a ideia de que o aluno jovem e adulto que retorna à escola tem pressa e, por isso, precisa de “um curso rápido e fácil” para receber sua certificação, o que justificaria a oferta de cursos sem muita exigência quanto ao aspecto presencial, exigência duvidosa no processo de avaliação ou no que diz respeito aos conteúdos oferecidos (como são oferecidos).

Outra concepção corrente é a de que os alunos não querem saber de nada, por isso não é necessário se preocupar com a qualidade do que vai ser ofertado; inclusive os mais jovens são os que em geral são tachados de indisciplinados e desinteressados. Há, ainda, aquela ideia de que todos os que passaram pelo MOBRAL e pelo Ensino Supletivo - ou estão nos cursos noturnos - são sujeitos com “conhecimentos menores”. Na verdade foram pessoas que a escola excluiu e o insucesso destes perpassa pela gestão, pelos docentes, por toda uma estrutura escolar que não atendeu as necessidades de aprendizagem dos mesmos.

Tais ideias concretizam-se ao verificar os dados nacionais (MEC) em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam a existência no país de cerca de 14,4 milhões de jovens e adultos acima de 15 anos analfabetos absolutos<sup>5</sup>, 30,5 milhões de analfabetos funcionais<sup>6</sup> e cerca de 67 milhões de jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental. Diante de tal quadro faz-se necessário conhecer as metas do PNE que explicitam a previsão da expansão da matrícula.

#### Objetivos e Metas

1. Estabelecer, a partir da aprovação do PNE, programas visando a alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo.
  2. Assegurar, em cinco anos, a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às quatro séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade.
  3. Assegurar, até o final da década, a oferta de cursos equivalentes às quatro séries finais do ensino fundamental para toda a população de 15 anos e mais que concluiu as quatro séries iniciais.
- (...)
16. Dobrar em cinco anos e quadruplicar em dez anos a capacidade de atendimento nos cursos de nível médio para jovens e adultos.” (BRASIL, 2001, p. 35).

O maior problema identificado nesta breve análise, é o não cumprimento das metas no prazo estabelecido, levando a um descrédito, por parte da comunidade escolar e da população como um todo, em um instrumento indispensável na formatação de políticas. O desafio da coordenação nacional da política educacional, expresso na análise do não cumprimento das metas para Educação de Jovens e Adultos – EJA levanta entre várias outras questões, a necessidade da discussão do pacto federativo. Faz-se necessária a junção de esforços de toda a sociedade brasileira para garantir o direito à educação a todos os cidadãos.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, o Trabalho com esse público, numeroso e heterogêneo com interesses e competências adquiridas na prática social, requer que se diversifiquem os programas e as formas de atendimento, bem como se fortaleça a autonomia do professor como resgate do seu papel técnico e profissional. Nesse sentido é fundamental o envolvimento e a participação de toda comunidade escolar e social na construção de uma docência coletiva. É imprescindível, ainda, o acesso a materiais didáticos, a adoção de metodologias apropriadas e a qualificação do corpo docente em EJA. (PME – João Pessoa - 2002)

#### **4. E M E F<sup>9</sup> DR. SEVERINO PATRÍCIO**

A escola acima escolhida para subsidiar este estudo, trabalha com a modalidade EJA ha quase quarenta (40) anos. É uma unidade da Rede Municipal de Escolas e como tantas outras tem seus êxitos e insucessos. A atual gestão entende que a educação escolar deve ser concebida como espaço de possibilidades para formar o homem crítico, preparado intelectualmente e tecnicamente para construir formas de resistência e intervenção contra a exclusão social, para tanto a escola deve propiciar aos seus educandos a compreensão racional e crítica do mundo através dos processos de transmissão, construção e reconstrução do conhecimento, nesse sentido a escola atua de forma a rever continuamente conceitos, posturas e atitudes que norteiam ação educativa, sobretudo na Educação de Jovens e Adultos, para que o educando certifique-se que no seu cotidiano escolar não vá encontrar utopias ou ações descontextualizadas, mas aprendizagens significativas relacionadas as suas necessidades, à vida prática de um cidadão/cidadã atuante.

“...refletir sobre as funções do educador, rever estratégias de ação, trocar experiências, propor políticas e até mesmo assumir a pedagogia da indignação só é eficaz no coletivo, pois as atitudes isoladas [...] podem gerar o enfraquecimento da ação. GADOTTI, 2001).

##### **4.1 Breve Histórico**

A Escola iniciou suas atividades no ano de 1975 com o Nome de Escola Miramangue, situada próxima a beira da Linha do trem, transporte que faz esse percurso desde início dos anos 60 bem, quase às margens da maré ou mangue como os habitantes chamam (Rio Sanhauá) na parte oeste da cidade, limites com a cidade vizinha Bayeux, na rua Luiz Jacinto, Bairro Alto do Mateus, João Pessoa-PB, caracterizada como área de difícil acesso. Teve como sua primeira Diretora a professora Severina Filomena, já falecida.

Em 1978, na gestão do então prefeito Dorgival Terceiro Neto, um prédio com três (3) salas de aula e outras pequenas dependências para secretaria, diretoria e copa ou cantina

---

<sup>9</sup> Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Severino Patrício

como chamava-se na época. Já em 1982 ganha mais duas (2) salas de aula produto de uma parceria com o Governo do Estado, através do PRODASEC<sup>10</sup> que objetivava a dinamização cultural nos Bairros com populações Carentes Urbanas, através de parcerias o programa além de desempenhar importante papel no universo escolar estendia-se pelo mundo das artes e dos esportes. Com mais salas a escola passou a oferecer além da Alfabetização<sup>11</sup> as quatro (4) séries iniciais do Ensino Fundamental.

Em 1988 sob a direção do Professor José de Oliveira, a escola muda de prédio, numa área de mais fácil acesso, o endereço atual: Rua índio Araribóia, no mesmo bairro, o novo endereço propicia a criação da segunda etapa do Ensino fundamental, sendo implantada a quinta série (hoje 6º ano). Em 1997 foi assegurado pelo Decreto 997 e autorizada a funcionar no endereço atual pela Resolução 006-97 do Conselho Municipal de Educação, Passando a partir de Então a denominar-se Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr Severino Patrício.

Nos dias atuais a escola funciona com oito salas de aula nos três turnos e dispõe de dependências diversas tais como sala para a diretoria, secretaria, professores, apoio técnico pedagógico, biblioteca. Laboratório de ciências, laboratório de informática, almoxarifados, cozinha, banheiros, pátio pequeno e sem cobertura e pequena quadra de esportes.

A comunidade onde a Escola hoje se localiza é considerada pelos meios de comunicações e setores públicos de segurança como, área de periferia, logradouro de difícil acesso, setor de alta periculosidade, entretanto a modernidade invadiu com comércio, praças, postos de saúde, condomínios, igrejas, CREIS<sup>12</sup> (creches) e escolas (quatro da Rede Municipal, três da Rede Estadual<sup>13</sup> e seis Escolas da Rede Privada de pequeno porte), achatando a área intitulada de alta periculosidade. Alguns eventos esporádicos e outros até corriqueiros expõe a comunidade escolar a alguns perigos tais como; invasão de facções ou gangs que em atos de violência depredam e até atentam contra a vida de pessoas dentro e fora dos muros da escola. Alguns raros registros de represálias a docentes ou demais

---

<sup>10</sup> Programa de Ações Sócio-educativas e Culturais

<sup>11</sup> Hoje, 1º ano do Ensino Fundamental de acordo com a lei 11.274 que institui o Ensino Fundamental com nove (9) anos

<sup>12</sup> Centro de Referência de Educação Infantil

<sup>13</sup> As seis(6) escolas da rede pública atendem o público da EJA

servidores tais como ameaças verbais, depredação de carros ou furtos de objetos pessoais. Diante desse quadro a comunidade conta com posto policial situado a pelo menos 2 quilômetros e com a patrulha escolar que faz rondas esporádicas, formada por uma equipe de Policiais Militares motorizados.

Hoje em seu quadro conta com aproximadamente trinta docentes, todos com curso superior, entre eles considerável número com pós-graduação, conta também com a equipe de apoio pedagógico com seis especialistas escolares (Psicólogo, Supervisor, Orientador e Assistente Social) e aproximadamente mais trinta servidores entre eles: a equipe gestora composta por quatro profissionais da área de educação concursados e eleitos democraticamente para o cargo, auxiliares administrativos, técnicos e auxiliares da área de informática, que além de atender as determinações da proposta pedagógica vigente oferece oficinas de informática para a comunidade intra e extra escolar auxiliares de serviços gerais, merendeiras e vigilantes, conta ainda com profissionais da dança e da música, um grupo da própria escola, faz apresentações em ocasiões festivas e formais, além de um coreógrafo e um instrutor de banda marcial. A escola até o ano de 2007 era a única do bairro que contava com banda marcial.

A tecnologia e as mídias são grandes aliadas da comunidade escolar: a escola dispõe de computadores para o uso dos servidores nos respectivos setores de atuação: Administração, secretaria, sala de professores, sala de orientação educacional, biblioteca, laboratório de informática (18 micros), internet, câmera para fotos e vídeos, aparelhos de TV, caixa de som amplificada, microfones, projetor de slides e um serviço de som para comunicações internas, copiadora de grande porte e impressoras para atividades de expediente.

A escola funciona norteada pela LDB, pela Proposta Pedagógica vigente e Resoluções e determinações da SEDEC<sup>14</sup> desenvolvendo ações que elevem os índices de aprovação que venham otimizar as relações interpessoais, destacando a necessidade de posturas pedagógicas atualizadas, abertas e inovadoras, visando atender as necessidades do alunado. Para tanto, dialoga não só com os docentes mas com todos os envolvidos no processo educativo, para que os mesmos estejam afinados com o seu tempo e preparados para enfrentar as adversidades estimulando os mesmos a vencer os obstáculos impostos

---

<sup>14</sup> Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa

pelas exigências da sociedade contemporânea tão excludente e atuar como sujeito capaz de compreender as desigualdades sociais e inserir-se como cidadão crítico, atuante e transformador.

#### **4.2 - O Projeto Político Pedagógico – PPP, a Gestão Escolar, e as ações em prol do sucesso escolar.**

O PPP define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade. Toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é o que dá forma e vida ao chamado Projeto Político Pedagógico - o PPP, as próprias palavras que compõem o nome do documento dizem muito sobre ele:

- É projeto porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.
- É político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.
- É pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Ao juntar as três dimensões, o PPP ganha a força de um guia - aquele que indica a direção a seguir não apenas para gestores e professores mas também funcionários, alunos e famílias. Ele precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre essa rota e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos. Por isso, dizem os especialistas, a sua elaboração precisa contemplar os seguintes tópicos:

- Missão
- Breve histórico
- Clientela
- Dados sobre a aprendizagem

- Relação com as famílias
- Relação com a comunidade intra e extra escolar
- Recursos
- Instrumentos normativos (Leis, Resoluções, regimento interno)
- Diretrizes pedagógicas
- Plano de ação
- Projetos contemplando o foco
- As relações interpessoais
- Bases teóricas para a ação pedagógica

Por ter tantas informações relevantes, o PPP se configura numa ferramenta de planejamento e avaliação que todos os membros das equipes gestora e pedagógica devem consultar a cada tomada de decisão. Portanto, se engavetado, desatualizado ou inacabado, faz-se necessário mobilizar esforços para resgatá-lo e repensá-lo e torná-lo um documento vivo e eficiente na medida em que serve de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de curto, médio e longo prazo”, diz Paulo Roberto Padilha, diretor do Instituto Paulo Freire, em São Paulo.

De acordo com o PPP da E M E F Dr. Severino Patrício, documento 2013 que tem como referência os PCNs, a LDB e o PME<sup>15</sup>, este não é um documento a ser guardado, é atualizado no início de cada ano e se realiza mediante um processo contínuo de ação-reflexão-ação para que sua efetivação venha realmente contribuir com a construção da cidadania, permitindo que crianças, jovens, adultos e idosos sejam sujeitos de suas histórias, cidadãos participativos da vida em sociedade, atuantes em suas rotinas e isso não depende tão somente, dos grandes programas e projetos, mas também do trabalho cotidiano, anônimo e dedicado, com avanços e retrocessos realizados por todos os segmentos envolvidos no processo dentro e fora da escola. A gestão escolar ao vivenciar o PPP, realiza ações que convergem para a evasão e repetência, objeto de muita preocupação. É fato que existe inúmeras causas para a reprovação e evasão dos alunos, mas a cada ano a escola se renova e intenciona ser uma escola de referência inovando o pedagógico, incentivando os docentes a participar das formações e capacitações oferecidas pela rede, além de pós graduações em

---

<sup>15</sup> Plano Municipal de Educação

parcerias com Universidades locais, valorizando o trabalho e garantindo um espaço de respeito onde todos possam ter acesso e também nela possam permanecer.

### **4.3 – A evasão e a rotina escolar**

Os anos à frente das diversas atividades escolares, atenta as pesquisas e a mídia, adepta das Formações Continuadas oferecidas anualmente aos educadores das Redes de Escolas Públicas com estudo sistemático utilizando literatura atualizada, deparamos com estudos acadêmicos que apontam como causa da evasão do público da Educação de Jovens e Adultos – EJA, a descrença de que estudar contribui com a formação como um todo, abre portas para empregos; o cansaço noturno após múltiplas jornadas de trabalho; as condições econômicas levam a optar pelas raras oportunidades de trabalho, a violência familiar que sai dos limites domésticos e prolifera-se pelas ruas junto a marginalidade, as drogas que são responsáveis por grande número de evadidos das salas de aula e não pode-se descartar uma prática docente marcada pela incoerência entre o real e o ideal que não atendem ao perfil do educado desse segmento, recursos didáticos e pedagógicos que deveriam motivar incentivar mal utilizados ou não chegam até o aluno ou não são aplicados, permanecem guardados em almoxarifados e depósitos ou pode-se citar a falta de preparo do docente para a utilização efetiva dos mesmos.

Em meio a tantos motivos para o aluno da Educação de Jovens e Adultos – EJA, evadir-se, a escola desenvolve suas atividades focadas na elevação dos índices de aprovação aumento do número de matrículas na modalidade EJA e a permanência na escola dos educandos matriculados, que seja no ensino regular que seja na EJA e nos programas voltados para o referido público.

Para ilustração, a escola lançou no período de matrículas uma ação da equipe gestora com a equipe de especialistas um questionamento aos alunos e alunas da modalidade em estudo que se evadiram no ano letivo de 2012 e em anos anteriores e que nesse início de ano retornaram para se matricular no ano letivo 2014. Foram registradas as respostas em breves reuniões realizadas com grupos de educandos da modalidade EJA cujo objetivo era passar informes específicos para os evadidos, propor novos compromissos e promover um clima de

boas vindas, incentivo e motivação. As cinquenta e três (53) respostas condensadas no quadro a seguir, foram registradas a partir dos seguintes questionamentos: “Por que você se afastou das atividades escolares no ano passado?” E “Por que você voltou para se matricular?” As respostas versaram sobre segurança, questões de cunho familiar e pessoal, migração, trabalho e dificuldades de aprendizagem atribuídas a causas próprias e atribuídas a atuação do docente.

#### 4.4 – O que os números apontam

Para melhor visualização alguns números foram sintetizados nos quadros a seguir, a partir do registro das respostas dos educandos da Educação de Jovens e Adultos que retornavam para se matricular em 2014, trabalho realizado a partir de duas perguntas, no período de matrículas na E M E F Dr. Severino Patrício.

Por que você se afastou das atividades escolares no ano passado?	
CAUSA - MOTIVO	QUANT
Segurança na comunidade	09
Questões conjugais	07
Cansaço pós jornada de trabalho	08
Impedimentos de ordem familiar (parentes com limitações, inválidos ou convalescentes e crianças que precisam de cuidados ou não podem ou não devem ficar só)	05
Mudança de endereço	03
Mudança de emprego ou no horário de trabalho	04

Certos(as) de que não iriam passar	03
Problemas ligados à saúde (doenças breves, partos, cirurgias, pequenos acidentes)	04
Críticas professora (relacionamento, método de ensino)	05
Dificuldades de aprendizagem	03
Não soube justificar	02
Total	53

Quadro 3 – Pesquisa direta – questão 1 - evasão na ótica dos evadidos em 2013 e anos anteriores.

Por que você voltou para se matricular?	
CAUSA - MOTIVO	QUANT
Exigências do trabalho (que já está)	10
Almeja melhor colocação no mundo do trabalho	09
Para ajudar nas tarefas dos(as) filhos(as)	05
Para ter independência e poder entender exames, bulas, faturas correspondências, utilizar terminais eletrônicos de bancos	09
Recuperar o tempo perdido (resgate)	06
Vergonha do nível de escolaridade que tem	06
Conseguiu contornar o problema que o(a) fez abandonar a escola	05
Não soube justificar (apenas queria voltar)	03
Total	53

Quadro 4 – Pesquisa direta – Questão 2 - Retorno, segundo os evadidos em 2013 e anos anteriores.

Com base nas respostas a equipe montou um calendário de encontros por turmas e com cada turma em uma reunião sob forma de Roda de Conversa,<sup>16</sup> procedeu-se breves leituras para reflexão, motivação e incentivação, foram traçados objetivos, bem como apresentadas e discutidas normas e regras já definidas no regimento Interno da Escola.

O quadro a seguir aponta o fluxo dos últimos cinco anos na E M E F Dr. Severino Patrício, o que pode-se observar é que a evasão é superior a 50% do total de matriculados.

ANO	CICLO	MATRI- CULADOS	APRO- VADOS	REPRO- VADOS	TRANSFE- RIDOS	EVADI DOS
2013	III e IV	151	41	10	02	78
2012	III e IV	178	42	02	08	126
2011	III e IV	219	58	15	16	120
2010	III e IV	232	58	11	19	144
2009	III e IV	215	61	08	22	146

Quadro 5 – Dados dos últimos 5 anos – Fonte: Relatórios Finais da Escola <sup>17</sup>

Esse quadro repete-se há anos, em todas as escolas da rede, há uma preocupação nas Redes Municipal e Estadual de escolas, mas o que se pode observar é que efetivamente ainda não se faz o suficiente para reverter esse quadro.

<sup>16</sup> A roda de conversa é um dos recursos metodológicos utilizado em sala de aula aonde quem conduz promove a oportunidade dos participantes expressar seus pensamentos de maneira informal. Requer intencionalidade, planejamento e reflexão constante. É importante que o(a) mediador(a) dedique toda atenção aos participantes, e é necessário ressaltar que a ausência de uma lógica formal, uma inverdade ou uma sugestão não viável não se constitui em obstáculo para o diálogo.

<sup>17</sup> Documento expedido pela escola em atendimento a Solicitação da SEDEC a cada final de ano.

Em uma consulta á síntese dos resultados do ano de 2013, pode-se constatar que nas nove (9) escolas que compõem o polo 3, onde está inserida a E M E F Dr. Severino Patrício, que o quadro das demais não difere muito. Os números gerais fornecidos pela coordenação do POLO 3, para fácil visualização foram resumidos no quadro a seguir.

<b>E M E F</b>	<b>CICLO</b>	<b>MATRICULADOS</b>	<b>APROVADOS</b>	<b>REPROVADOS</b>	<b>TRANSFERIDOS</b>	<b>EVADIDOS</b>
Ana Nery	Alfab, I, II,III e IV	148	40	11	06	91
Dr. José Novais	Alfab, I, II,	92	51	10	00	31
Dr. Napoleão Laureano	III e IV	76	29	05	07	35
Dr. Severino Patrício	III e IV	71	26	04	04	37
Euclides da Cunha	Alfab, I, II,	118	42	06	08	64
Luiza L. Lobo	Alfab, I, II,	109	58	15	03	33
João Medeiros	Alfab, I, II,III e IV	182	78	11	19	74
João Santa Cruz	Alfab, I, II,III e IV	179	86	09	12	72
João XXIII	Alfab, I, II,III e IV	157	91	07	03	56

Quadro 6 – Dados 2013- Fonte: Relatório Final 2013 da Coordenação do Polo 3.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Consciência e mundo não podem ser entendidos separadamente, dicotomizadamente, mas em suas relações contraditórias. Nem a consciência é a fazedora arbitrária do mundo, da objetividade nem dele puro reflexo.” (FREIRE, 1997).

Constata-se haver inúmeros fatores responsáveis pela evasão escolar, neste trabalho discorre-se sobre causas, fatores internos e externos responsáveis pela evasão dos jovens e adultos. Durante a observação sistemática e breve coleta de dados pode-se dizer que a escola responsabiliza o educando pelas suas carências e condições de vida culminando com fracasso escolar, mas diante do acervo bibliográfico que foi utilizado, é possível afirmar que a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos – EJA é um problema presente na percepção dos educadores e dos educandos e, que precisa além de ser bem mais discutido.

A escola ainda poderia discutir a relação professor-aluno, entendendo que essa relação transcende o espaço de sala de aula, uma vez que a formação educacional abrange a vida social, política e cultural do educando também primar pela execução de ações político-administrativas de forma mais eficaz e participativa. Sendo assim, essa modalidade deve contemplar ações pedagógicas que venham dar subsídios teóricos práticos aos professores, buscando atender a essa clientela com características distintas e que merecem respeito nas suas diversidades sócio-histórico-culturais.

No que concerne ao docente que se propõe a trabalhar com adultos deve-se refletir criticamente sobre sua prática, tendo também uma visão ampla sobre a sala de aula, sobre a escola em que vai trabalhar. Tem que ampliar suas reflexões sobre o ensinar, pensando sobre sua prática como um todo. Precisa resgatar junto aos alunos suas histórias de vida, tendo conhecimento de que há uma espécie de saber desses alunos que é o saber cotidiano que deve ser transformado, pela escola, no saber formal.

Quando tomamos um assunto como objeto de uma investigação histórica, temos que levar em consideração a sua relevância para a construção do conhecimento. Em conformidade com isto, analisando a realidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA vemos que os números são desastrosos e preocupantes. Dados do IBGE, por exemplo, nos

dão uma ideia de como foi tratado a educação de jovens e adultos no Brasil. A situação atual demonstra que o Brasil ainda não conseguiu garantir, na prática, a educação à todas as pessoas, como garante a constituição.

Milhões de pessoas espalhadas por este imenso país, ainda não foram alcançadas por um dos direitos básicos de toda pessoa que é a educação. Mas porque existem tantas pessoas que foram excluídas do processo de alfabetização? O que gerou a posição social que tais pessoas ocupam? Quais foram as tentativas para garantir esse direito? As respostas para essas e outras perguntas podemos possivelmente encontrar olhando para o passado. A História é necessária para que possamos viver o presente e olhar para o futuro.

O professor que se propõe a trabalhar com adultos deve refletir criticamente sobre sua prática, tendo também uma visão ampla sobre a sala de aula, sobre a escola em que vai trabalhar. Tem que ampliar suas reflexões sobre o ensinar, pensando sobre sua prática como um todo. Ele precisa resgatar junto aos alunos suas histórias de vida, tendo conhecimento de que há uma espécie de saber desses alunos que é o saber cotidiano, e que uma das funções da escola é transformar esse saber no saber formal.

A evasão escolar é um problema que ultrapassa os muros da escola, envolvendo o trabalho, a violência doméstica e urbana, migração e a família e entre outros tantos fatores que provocam o abandono da escola e a desistência do processo de escolarização e as oportunidades de conquistar sua cidadania. Verificou-se que a escola não desenvolve oficialmente nenhuma ação pedagógica voltada para atenuar evasão.

## REFERÊNCIAS

ALTET, M.; PAQUAY, L.; PERRENOUD, Ph. **A Profissionalização dos formadores BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Dados sobre o SAEB. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/saeb> . Acesso em: 17 fev. 2014.

ARROYO, Miguel. **Educação de Jovens e Adultos: Um campo de direitos e de responsabilidade pública.** In GIOVANETTI, Maria Amélia. São Paulo: Ática, 2006.

BRANDÃO, Zaia ET alii. **O Estudo da Evasão e Repetência no Ensino de 1º Grau no Brasil.** In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, V. 64, nº 147, maio – agosto 1983, p 38-69.

BRASIL. Ministério da Educação **LEI 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília Esplanada dos Ministérios. Edição atualizada. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação **LEI Nº 11.129, DE 30 DE JUNHO DE 2005. PROJOVEM;** cria o Conselho Nacional da Juventude . Brasília. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, **Alfabetização e diversidade. Alunas e alunos da EJA.** Brasília: Coleção: Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, 2006.

BRASIL, Presidência da República. **LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001.** Plano Nacional de Educação. Brasília. 2001

CARVALHO, Bernardina Silva de, **A Educação de Jovens e Adultos No Município de João Pessoa: Tecendo reflexões.** 2ª Ed. Bernardina Silva de Carvalho (org.) – João Pessoa. Editora Universitária da UFPB. 2011.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber. Elementos para uma teoria.** Porto Alegre. Artes Médicas Sul. 2000.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Rio de janeiro: Paz e Terra. 1983.(Coleção Educação e Mudança: V. I) 79p.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa, Rio de janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade.** 4ª edição, São Paulo: Moraes, 1980.

GADOTTI, Moacir e Romão, José E. (org.) Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. 3ªed. São Paulo:Cortez; Instituto Paulo Freire. 2001.

GOMES, Candido Alberto. **A Educação em perspectiva sociológica,** 3 edição, São Paulo: EPU, 1994.

HERNANDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação**. Porto Alegre: Art,Ed, 1998.

IRELAND, T. D. **Desafios e perspectivas para a América Latina. Apresentação**. Brasília. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade. Depto. de Educação de Jovens e Adultos. disponível em <http://www.mec.es/educa/rieja> e [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/res\\_consultores.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/res_consultores.pdf) .

\_\_\_\_\_. Sessenta anos de CONFINTEA: uma retrospectiva. In: Ireland, T.D. & Spezia, C.H. (Organizadores). **Educação de adultos em retrospectiva: 60 anos de CONFINTEA, 2011. (no prelo)**.

KNOLL, J. H. **A história das conferências internacionais da UNESCO sobre a educação de adultos – de Elsinore (1949) a Hamburgo (1997): a política internacional de educação de adultos através das pessoas e dos programas**. *Convergência*, Vol. XL (3-4), 25-44, 2007.

KUENZER, Acácia Zeneida, **A Educação do trabalhador: Questões Polêmicas** in: CADERNO TÉCNICO, Brasília, n. 14, p 46 a53, 1987.

LAPLANE, A. L. F; PRIETO, R. G. **Inclusão, diversidade e igualdade na CONAE 2010: perspectivas para o novo plano nacional de educação**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 919-938, jul./set. 2010.

MACHADO, M. A. M. **O Plano decenal e os compromissos de Jomtien**. In: BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Educação para todos: a avaliação da década**. Brasília: MEC/INEP, p.39-52, 2000.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. 8ª edição – São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 2003.

NADAL, B. G.; RIBAS, M. H. **A dinâmica do ensino-aprendizagem na sala de aula**. Ponta Grossa: UEPG/CEFORTEC, 2005.

NADAL, B.G. et al. **Práticas pedagógicas nos anos iniciais: concepção e ação**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.

NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. RIBEIRO, V. M. (Org.). In: **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras**. São Paulo: Ação Educativa; Campinas: Mercado das Letras, 2001, p. 15-44

PAIVA, Jane. **Direito à Educação de Jovens e Adultos: concepções e sentidos**. In: 29A. REUNIÃO ANUAL DA ANPED. Anais. Caxambu, MG: ANPED. 2007.

PINTO, Álvaro Vieira **A Formação do Educador**. In **Sete lições sobre educação de Adultos**. São Paulo. Cortez. 1986.

\_\_\_\_\_ **A Evasão na Educação de adultos.** In Sete lições sobre educação de Adultos. São Paulo. Cortez. 1986.

SAVIANI, Dermeval – Sistemas de ensino e planos de educação: O âmbito dos municípios. In.: **Educação & Sociedade**, vol. 20 n.69, Campinas, 1999.

SOARES, L. e RODRIGUES SILVA, F. **Educação de Jovens e Adultos: preparando a VI CONFINTEA e pensando o Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro. **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos.** São Paulo. Cortez. 1996.

STEPHANOU; BASTOS (orgs), 2005, p. 271-272. Também em RIBEIRO, Vera Maria Masagão (coord.). **Educação de Jovens e Adultos: proposta curricular para o 1º segmento do Ensino Fundamental.** São Paulo/Brasília, 1997, p. 33.34 STEPHANOU; BASTOS (orgs), 2005, p. 273

UNESCO . **Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos.** Brasília: UNESCO, 2010.

UNESCO. **Relatório de Síntese do Encontro de Balanço Intermediário da V CONFINTEA.** Bancoc, Tailândia, 2003.

UNESCO. **ConfinteA VI. Marco de Ação de Belém.** Brasília: UNESCO, MEC, 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula.** Cadernos Pedagógicos do Libertad, 2; 3. ed. São Paulo: Libertad, 1995

### **Outras referências**

Decreto Presidencial 7.682/2012 de 08 de outubro de 2012. Brasília. 2012

**Jornal Letra A** Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE) Faculdade de Educação/ UFMG – Ação Educativa, Belo Horizonte, junho de 2006 – ano 2 – Edição Especial.

(Plano Municipal de Educação – João Pessoa -2002) p.64

[www.joaopessoa.pb.gov.br/](http://www.joaopessoa.pb.gov.br/)

[www.mec.gov.br/](http://www.mec.gov.br/)

<http://www.infoescola.com/educacao/conferencias-internacionais-de-educacao-de-adultos-confinteA/> acesso em 10/03/2014

<http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/projeto-politico-pedagogico-ppp-pratica-610995.shtml>